

# PUBLICIDADE LEGAL

# SLC JABORANDI S.A.

CNPJ Nº 63.807.058/0001-61 - NIRE 4330007964-3

## ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

**Data, Hora e Local:** Em 3 de dezembro de 2025, às 9h, na sede da SLC Jaborandi S.A., na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Dr. Nilo Pecanha, nº 2900, sala 401-A, Bairro Jardim Europa, CEP 91360-480 ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), em decorrência da presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Sr. Ivo Marcon Brum, na qualidade de Presidente; e Sra. Fernanda Vianna Duarte Lardi, na qualidade de Secretária. **ORDEM DO DIA:** Deliberar a respeito: (i) dos seguintes atos e documentos relativos à proposta de cisão parcial da FAZENÇA PIRATINI EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS S.A. ("FAPAGRI"), com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Dr. Nilo Pecanha, nº 2900, sala 401, Bairro Chácara das Pedras, CEP 91300-001, inscrita no CNPJ sob o nº 13.051.722/0001-17, com seus atos constitutivos arquivados na JUCISRS sob NIRE 4320868095-1 ("Piratini"), com versão do acervo líquido cindido para a Companhia devendo, para tanto: (i) ratificar a celebração do "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas S.A. com Versão do Acervo Líquido Cindido para a SLC Jaborandi S.A.", firmado pelas administrações da Companhia e da Piratini ("Protocolo e Justificação"); (ii) ratificar a nomeação de empresa especializada de avaliação independente **TÁTICA AUDITORES E CONSULTORES LTDA.**, empresa situada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, nº 367, sala 702, Bairro São João, CEP 90550-142, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 12.651.123/0004-19, registrada originariamente no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 03349020 ("Avaliador"), em atendimento ao disposto nos artigos 224 e 226 da Lei das S.A., para proceder à avaliação do acervo líquido da Piratini constituído por determinados ativos e passivos ("Acervo Líquido Cindido") pelo seu valor patrimonial contábil em 03 de novembro de 2025 ("Data-Base"); (iii) examinar, discutir e deliberar acerca do laudo de avaliação contábil do Acervo Líquido Cindido da Piratini na Data-Base ("Laudo de Avaliação"); (iv) examinar, discutir e deliberar sobre a cisão parcial da Piratini, com versão, linha a linha, dos itens do ativo e do passivo que compõem o acervo líquido cindido para a Companhia, observados os termos e condições do "Protocolo e Justificação", assinado por ambas as administrações da Companhia e da Piratini ("Cisão Parcial"); (2) da alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia tendo em vista o aumento do capital social aprovada no item 1º (a) acima; (3) inclusão de novas atividades no objeto social da Companhia, com a alteração do art. 3º do Estatuto Social da Companhia. (4) da consolidação do Estatuto Social; e: (5) da autorização para a administração da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações aqui tomadas. **DELIBERAÇÕES:** Após a análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a única acionista da Companhia, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberou: (1) Acerca dos seguintes atos e documentos relativos à proposta de Cisão Parcial, tendo, para tanto: (i) aprovado o Protocolo e Justificação, ratificando sua assinatura, firmado nesta data pelas administrações da Companhia e da Piratini, o qual prevê os termos, justificativas e condições da Cisão Parcial que, devidamente rubricado pela mesa, passa a fazer parte integrante desta ata, na forma do **Anexo I**; (ii) ratificado a nomeação do Avaliador; (iii) aprovado o Laudo de Avaliação, que passa a integrar a presente ata, para todos os fins e efeitos legais, na forma do **Anexo II**; (iv) aprovado a Cisão Parcial da Piratini e versão, linha a linha, dos itens do ativo e do passivo que compõem o Acervo Líquido Cindido na Companhia, com o consequente aumento do capital social da Companhia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para, desprezando-se os valores R\$ 399,99 (trêscentos e noventa e nove reais), resultando em seiscentos e noventa e nove mil e noventa e nove reais, no termo do Protocolo e Justificação, assinando a Companhia todos os direitos e obrigações no que se refere ao Acervo Líquido Cindido, para todos os fins legais e sem qualquer solução de continuidade. O aumento ora aprovado, de R\$ 50.764.139,00 (cinquenta milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e trinta e nove reais), resultou na emissão de 50.764.139 (cinquenta milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e trinta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$ 1,00 (um real), em conformidade com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei das S.A., todas subscritas e integralizadas nesta data pela única acionista, nos termos do boletim de subscrição que integra esta Ata com seu **Anexo III**; (2) tendo em vista o aumento do capital social aprovado no item 1º (a) acima, a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigor com a seguinte redação: "**Artigo 5º.** O capital social no valor de R\$ 50.774.139,00 (cinquenta milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e trinta e nove reais), dividido em 50.774.139 (cinquenta milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, livres e desembaracadas de quaisquer ônus." (3) a alteração do objeto social da Companhia, com a consequente alteração do art. 3º do Estatuto Social, que passa a vigor com a seguinte redação: "**Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto:** (i) agricultura e pecuária (ii) produção e comercialização de sementes e mudas (iii) beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para seu uso e consumo próprio (iv) fornecimento de produtos agrícolas e insumos primários para terceiros (v) prestação de serviços (vi) prestação de serviços de recepção, armazenamento, seleção, embalagem e comercialização de produtos (vii) prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros (viii) comércio, importação e exportação de produtos agrícolas (viii) fabricação de óleo vegetal em bruto, comestível ou não (ix) comercialização de energia; (j) serviços de análises e certificação de sementes; (k) compra e venda de imóveis; (l) arrendamento de imóveis; (m) construção, administração e gestão de imóveis e (n) empreendimentos agrícolas." (4) a alteração e consolidação do Estatuto Social que irá reger a Companhia, que passa a vigorar na forma do **Anexo IV**, já refletindo as deliberações tomadas na presente assembleia ("**Estatuto Social**"). e: (5) a autorização para a administração da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas e observar todas as formalidades e requisitos complementares para formalizar a Cisão Parcial, incluindo, mas sem limitação, os registros e arquivamentos perante os órgãos públicos competentes, bem como a prática de todos e quaisquer atos e assinatura de todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **Documentos Arquivados na Sede:** Os documentos acima referidos, após devidamente apreciados e aprovados, foram rubricados pela mesa dos trabalhos e encontraram-se arquivados na sede da Companhia. **Encerramento, Lavatura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavatura desta ata. Rubricada e lida a presente ata, lida e aprovada, a qual foi assinada por todos os presentes. **[Certidão:** Declaramos que a presente é cópia fiel da original lavrada no Livro próprio, bem como são autênticas as assinaturas do item anterior, pois foram apostas em nossa presença.]. **Mesa:** Ivo Marcon Brum - Presidente; Fernanda Vianna Duarte Lardi - Secretária. **Acionista:** SLC Agrícola S.A. Ivo Marcon Brum e Gustavo Macedo Lunardi - Cargo: Diretores. **Visto da Advogada:** Raquel Esteve Ruschel Azevedo - OAB/RS 58.365. Junta Comercial, Industrial e Servicos do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11390081 em 18/12/2025. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

**ANEXO II - ESTATUTO SOCIAL DE SLC JABORANDI S.A. - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO:** Artigo 1º. A Companhia, de razão social SLC JABORANDI S.A., é uma sociedade anônima regida: pelo presente Estatuto Social e pela legislação em vigor ("Companhia"). **Artigo 2º.** A Companhia tem a sua sede e foro na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Dr. Nilo Pecanha, nº 2900, sala 401 - A, Bairro Jardim Europa, CEP 91360-480. **Parágrafo Único:** A Companhia poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, centros de distribuição e escritórios, bem como indicar prepostos ou representantes para a realização de negócios, em qualquer cidade, Estado ou país. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto: (i) produção e comercialização de sementes e mudas; (ii) beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportá-los e importá-los para seu uso e consumo próprio; (iii) fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral aos seus funcionários; (iv) prestação de serviços de recepção, limpeza e secagem de cereais de terceiros; (v) prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; (vi) comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; (vii) fabricação de óleo vegetal em bruto, comestível ou não; (ix) comercialização de energia; (x) serviços de análises e certificação de sementes; (xi) compra e venda de imóveis; (xii) arrendamento de imóveis; (xiii) construção, administração e gestão de imóveis; e (xiv) empreendimentos agrícolas. **Parágrafo Único:** A Companhia poderá explorar outros ramos que tenham afinidade com o objeto expresso no artigo 3º, bem como participar de outras sociedades, no país ou no exterior. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL:** Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 50.774,139,00 (cinquenta milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e trinta e nove reais), dividido em 50.774,139 (cinquenta milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus. **§1º.** A propriedade das ações nominativas emitidas pela Companhia será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas", ficando desde já proibida a emissão de certificados de ações. **§2º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia. Cada ação ordinária nominativa dá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas. **Artigo 6º.** Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de ações ou quaisquer títulos conversíveis ou que possam ser trocados por ações, nos termos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores. ("Lei das Sociedades por Ações"), proporcionalmente às ações em circulação detidas por eles. **CAPÍTULO III - DA ASSEMBLEIA GERAL:** **Artigo 7º.** A Assembleia Geral, convocada e instalada e presidida pelo Presidente da Companhia, ou na sua ausência, pelo Diretor ou pelos Diretores, é a máxima assembleia geral, sendo convocada pela Diretoria ou, na sua ausência ou impedimento, por outro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente. **Artigo 8º.** É necessária a comprovação da identidade dos acionistas que submeterem os documentos legais previstos em lei. **Parágrafo Único:** Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procuradores constituídos de acordo com a lei vigente. **Artigo 9º.** Salvo se previsto de outra forma na lei, no parágrafo único do artigo 11 abaixo, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos votos dos acionistas, não se computando os votos em branco. **§1º.** Os acionistas não poderão votar em deliberações relacionadas a relatórios de avaliação dos ativos detidos por eles no capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em qualquer outra deliberação que poderá beneficiá-los ou na qual possam conflito de interesses com a Companhia. **§2º.** Os acionistas que tenham seus direitos societários suspensos não poderão participar das Assembleias. **Artigo 10.** A Assembleia Geral reunida-se-á a) ordinariamente, uma (1) vez por ano, para aprovar as demonstrações financeiras, a prestação de contas, a prestação de contas das contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando for o caso; e b) extraordinariamente, sempre que houver necessidade ou estiver previsto por lei e por este Estatuto Social. **§1º.** Não obstante as formalidades previstas por lei, a convocação para as Assembleias Gerais de Acionistas deverá ocorrer por escrito com antecedência mínima de 8 (oto) dias em relação à data agendada

para a realização da Assembleia Geral de Acionistas em primeira convocação, e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data agendada para a realização da Assembleia Geral de Acionistas em segunda convocação, contendo o local da reunião, data e horário, além de um resumo da ordem do dia e cópia de quaisquer documentos relevantes a serem analisados ou discutidos. **§2º.** Exceto na hipótese de quorum especial previsto neste Estatuto Social ou na lei em vigor, a Assembleia Geral de Acionistas será considerada instalada, em primeira convocação, com a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social com direito ao voto. Caso não seja possível instalar a Assembleia Geral de Acionistas em primeira convocação devido à insuficiência de quórum, os acionistas presentes deverão suspender a reunião até o 5º (quinto) dia seguinte, levando em consideração as circunstâncias que podem impedir a realização da participação dos acionistas. **§3º.** Na hipótese de não comparecimento em primeira convocação, a Assembleia Geral será considerada devidamente instalada mediante a presença dos acionistas representando 75% (setenta e cinco por cento) do capital social com direito ao voto. **§3º.** As Assembleias Gerais de Acionistas nas quais todos os acionistas estiverem presentes serão consideradas devidamente instaladas, a despeito das formalidades relacionadas à convocação. **§4º.** O acionista pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um), que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, de acordo com o artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **§5º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será elaborada uma ata a ser lavrada no livro de atas e assinada por todos os membros da Mesa e pelos acionistas presentes. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **§6º.** A Assembleia Geral poderá deliberar exclusivamente sobre os assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações. **§7º.** As atas de Assembleias Gerais deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas. **Artigo 11.** Além das atribuições previstas na legislação aplicável, será competência exclusiva da Assembleia Geral as matérias previstas nos artigos 22, 32, 33, 36 e 38 da Lei das Sociedades por Ações, e, ainda, as seguintes: (i) estabelecer ou alterar as regras relativas ao estabelecimento de qualquer empresa controlada ou controlada em comum; (ii) aquisição de qualquer entidade pela Companhia; (iii) quaisquer reformas ao Estatuto Social ou outros documentos constitutivos da Companhia; (iv) quaisquer alterações à forma jurídica da Companhia; (v) quaisquer operações de fusão, reorganização ou incorporação da Companhia com ou em qualquer outra entidade, divisão ou cisão da Companhia; (vi) qualquer alienação ou transferência de todos ou parte substancial dos ativos ou negócios da Companhia, ou qualquer operação de liquidação, falência, reorganização ou dissolução da Companhia; (vii) qualquer emissão ou resgate de títulos e valores mobiliários ou qualquer outro aumento, redução ou conversão de classe especial de ações ou seguro de quaisquer títulos ou valores mobiliários convertíveis em ações ou outra alteração ao capital da Companhia; (viii) quaisquer alterações à política da Companhia com relação à distribuição de dividendos ou outros lucros ou ativos da Companhia aos mesmos; (ix) quaisquer ofertas públicas de ações da Companhia; (x) aprovações das demonstrações financeiras da Companhia; (xi) aprovar a distribuição dos lucros da Companhia; (xii) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros da Diretoria; (xiii) instalação ou extinção do Conselho de Administração, quando necessário, para tomar ações em nome da Companhia, dentro dos limites permitidos pela Lei das Sociedades por Ações; (xiv) aprovar ou alterar a remuneração global dos administradores. **Parágrafo Único:** As alterações da Assembleia Geral mencionadas nos itens (i) a (x) acima, bem como qualquer alteração ao conteúdo de tais itens, deverá ser aprovada pela totalidade do capital votante da Companhia. **CAPÍTULO IV - DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO: Seção I: Disposições Comuns aos Órgãos da Administração: Artigo 12.** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Executivo. **Artigo 13.** A investidora nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão. São condições prévias à investidura para a posse de cada membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em seus respectivos cargos: (i) a assinatura de termo de adesão aos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, no qual declare ter (a) pleno conhecimento de seu teor, se obrigando ao cumprimento; e (b) ser responsável pelo inadimplemento em que porventura der causa; e (ii) adesão à cláusula compromissória constante do artigo 38 deste Estatuto Social. **§2º.** Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse dos seus sucessores, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. **Artigo 13.** O Conselho de Administração, cuja função é fixar a remuneração individual dos Conselheiros, será composto por sete membros, sendo que a maioria absoluta dos membros deverá ser brasileira. **Artigo 14.** Só é dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor dele pelo membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado e por voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação. **Seção II Conselho de Administração: Artigo 15.** O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, três, e no máximo, cinco membros, eleitos pela Assembleia Geral, observado o disposto no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, com mandato unificado de dois anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias, sendo a primeira realizada no primeiro dia de janeiro de cada ano, e a segunda realizada no último dia de dezembro de cada ano. **Artigo 16.** Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão ficar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos. **§2º.** Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. **§3º.** A Assembleia Geral poderá eleger um ou mais suplentes para cada cargo, desde que não haja impedimento legal para o exercício do cargo. **Artigo 17.** O Conselho de Administração ou suplente não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões do Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia. **Artigo 18.** O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos. **Artigo 19.** O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão e as Assembleias Gerais, ressalvadas, no caso das Assembleias Gerais, as hipóteses estabelecidas em que indique por escrito outro Conselheiro, Diretor ou acionista para presidir os trabalhos. **Artigo 20.** Cada conselheiro terá direito a um voto nas deliberações do órgão, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros. **Artigo 21.** O Conselho de Administração reunirá-se: (i) ao menos uma vez por trimestre, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de qualquer outro membro; e (ii) em qualquer hipótese especial mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de qualquer outro membro, a qualquer tempo. **Artigo 22.** O Conselho de Administração terá o direito de convocar o Presidente, incluir itens na ordem do dia. O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia da reunião trimestral ou especial. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. **Artigo 23.** As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue a cada membro do Conselho de Administração e deverá conter com indicação da data, hora, local, agenda, ordem do dia detalhada, objetivos da reunião e documentos a serem considerados, sendo, com pelo menos dez dias de antecedência, a menos que a maioria dos seus membros em exercício fixar prazo menor, porém não inferior a cinco dias. **Artigo 24.** Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, sendo que uma cópia da referida ata será entregue a cada um dos membros após a reunião. **Artigo 25.** Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social: (i) estabelecer as regras que regularão as atividades da companhia, com poderes para: (ii) demandar, rever e eleger os membros do Conselho de Administração; (iii) aprovar ou alterar o plano de negócios da Companhia; (iv) estabelecer ou destituir os Diretores; (v) determinar as competências dos Diretores; (vi) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (vii) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 do Estatuto Social; (viii) emitir opinião sobre qualquer assunto a ser deliberado pela Assembleia Geral; (ix) rever os resultados trimestrais das operações da Companhia; (x) aprovar ou convocar o auditor independente da Companhia para prestar quaisquer esclarecimentos julgados necessários; (xi) apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; (xii) autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias e a participação da Companhia no capital de outras companhias; (xiii) determinar a realização de inspeções, auditorias ou tomada de contas das subsidiárias; (xiv) aprovar qualquer aumento ou redução de capital, dentro ou não do limite de capital autorizado (se houver), incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xv) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xvi) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xvii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xviii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xix) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xx) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxi) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxiii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxiv) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxv) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxvi) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxvii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxviii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxix) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxx) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxxi) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxxii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxxiii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxxiv) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxxv) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxxvi) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxxvii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxxviii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xxxix) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xl) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xli) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xlii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xliii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xliv) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xlv) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xlvi) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xlvii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xlviii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (xlix) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (l) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (li) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (liii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (liv) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lv) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lvi) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lvii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lviii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lx) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lxi) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lxii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lxiii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lxiv) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lxv) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lxvi) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lxvii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lxviii) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lxix) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lxx) aprovar ou alterar o plano de distribuição de dividendos, incluindo a emissão de ações ou outros valores mobiliários; (lxxi) aprovar ou alterar o

ou privilégios específicos; (xxx) qualquer alteração ao Estatuto Social da Companhia, que podem prejudicar ou comprometer, de qualquer forma, os direitos, preferências ou privilégios dos acionistas; (xxxi) qualquer alteração do objeto social da Companhia; e: (xxxii) nomeação ou substituição dos auditores independentes da Companhia, exceto no caso da nomeação dos membros da KPMGPMG, Deloitte Touche Tohmatsu, PricewaterhouseCoopers ou Ernst & Young. **Seção II Diretoria: Artigo 19.** A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho Geral, será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) membros, os quais serão designados Diretor Presidente, e os demais Diretores sem designações específicas. Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se ao ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembléias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição. **§1º.** Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição da Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com a data da realização da Assembleia Geral Ordinária. **§2º.** Os membros da Diretoria, especialmente o Diretor Presidente, quando tal fato implicar na sua observância do número mínimo de Diretores, serão nomeados pelo Conselho Geral. **§3º.** O Conselho Geral poderá, a qualquer tempo, substituir o Diretor Presidente, quando tal fato implicar na sua observância do número mínimo de Diretores, e a Assembleia Geral será convocada para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído. **§4º.** No caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor Presidente será substituído, por qualquer um dos demais Diretores. **Artigo 20.** Compete ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembléias Gerais (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia; (iii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual e do orçamento de capital da Companhia; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as atividades da Companhia, bem como todos os negócios e operações da Companhia, no Brasil e no exterior; (v) dirigir e orientar a realização de análises de mercado e da política da qualidade da Companhia e a implantação de normas, métodos e rotinas operacionais; (vi) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social; (vii) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (viii) convocar e presidir reuniões da Diretoria; (ix) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais participar; e (x) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pela Assembleia Geral. **Artigo 21.** A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e a consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para isso, renunciar a direitos e transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Compete ao Conselho Fiscal, especialmente nos casos de negócios sociais, especialmente em matéria de empréstimo, empréstimo com garantia, cumprir este Estatuto Social as seguintes atribuições: (i) elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para aprovação da Assembleia Geral; (ii) deliberar sobre a instalação e o fechamento de filiais, depósitos, centros de distribuição, escritórios, seções, agências, representações por conta própria ou de terceiros, em qualquer que ponto do País ou do exterior; e (iv) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral. **Artigo 22.** A Diretoria se reúne validamente com a presença de 2 (dois) Diretores, e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes, sendo atribuído ao Diretor Presidente o voto de qualidade no caso de empate na votação. **Artigo 23.** A Assembleia Geral poderá ser convocada pelo Conselho Fiscal ou pela maioria de seus membros. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os Diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião. **Artigo 24.** As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião. **Artigo 25.** Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes. **Artigo 26.** A Companhia será sempre representada, em todos os atos, (i) pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, ou (ii) pela assinatura de um Diretor em conjunto com um procurador, desde que investido de especiais e expressos poderes; ou ainda (iii) pela assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **§1º.** Todas as procurações serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações ad judicia, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular. **§2º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e quaisquer garantias em favor de terceiros. **§3º.** Mediante assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, ou (ii) pela assinatura de um Diretor em conjunto com um procurador, desde que investido de especiais e expressos poderes; ou ainda: (iii) pela assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes, independentemente da deliberação da Diretoria ou de Assembleia Geral, a Companhia poderá prestar estabelecimento bancário, creditício ou instituição financeira, departamento de crédito rural, departamento comercial, de contratos de câmbio, e outras operações aqui não especificadas. **Seção III Conselho Fiscal: Artigo 27.** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os membros e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Artigo 28.** Quando instalado, o Conselho Fiscal terá a seguinte composição: (i) um representante de cada 10 (dez) membros efetivos e suplentes e igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **§1º.** Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. **§2º.** Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente. **§3º.** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado. **§4º.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo suplente ou suplente em seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **Artigo 29.** Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei. **§1º.** Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião a qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **§2º.** O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. **§3º.** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. **CAPÍTULO V: EXERCÍCIO FISCAL, BALANÇO PATRIMONIAL E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS: Artigo 30.** O exercício fiscal terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Nas demonstrações financeiras, com observância dos preceitos legais pertinentes. **Artigo 32.** A destinação dos lucros e do exercício, calculada após a dedução das partes do lucro ajustado para fins das Sociedades por Ações, será distribuída em 1º de janeiro, ajustado para fins para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: a) 5% serão aplicadas, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da mesma lei, não exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para os termos de legal; b) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item c) abaixo, ultrapassar a parcela restante do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a ser realizada após atendidas as disposições legais e estatutárias, terá a destinação aplicada pela Assembleia Geral. **§1º.** A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros da Diretoria uma parcela dos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do artigo 152, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. **§2º.** A distribuição da participação nos lucros em favor dos membros da Diretoria somente poderá ocorrer no exercício em que for assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **Artigo 33.** Por proposta da Diretoria poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a qualquer tempo, desde que não haja restrição de utilização, e não haja restrição de aplicação, e eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **§1º.** Em caso de credimento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente. **§2º.** O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o credimento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação da Diretoria. **Artigo 34.** A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação da Diretoria: a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e c) o pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. **Artigo 35.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável. **Artigo 36.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescrevem a prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua distribuição. **CAPÍTULO VI LIQUIDAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS: Artigo 37.** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger a forma de liquidação e o liquidante. **Artigo 38.** A Companhia poderá ser dissolvida mediante aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Neste caso, a Assembleia Geral pertinente deverá aprovar o conjunto de regras, objetivos e princípios que regerão tal processo de dissolução. **CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS: Artigo 39.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos conforme a Lei das Sociedades por Ações, e demais leis aplicáveis e a Assembleia Geral. **Artigo 40.** Este Estatuto Social entra em pleno vigor e eficácia entre as partes a partir da data de sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. **Advogada: Raquel Esteve Ruchel Azevedo - Advogada - OAB/RS 58.365.**